CADERNOS PEDAGÓGICOS

PARA EQUIDADE RACIAL

CADERNO III:

AÇÕES DE RECONHECIMENTO

SEDUC
Secretaria de Estado da Educação

GOVERNO DE GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

Expediente

Ronaldo Ramos Caiado
Governador do Estado de Goiás

Daniel Elias Carvalho Vilela
Vice-governador do Estado de Goiás

Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira
Secretária de Estado da Educação

Helena da Costa Bezerra
Secretária-Adjunta de Educação

Alessandra Oliveira de Almeida
Diretora Pedagógica da Seduc-GO

Fátima Rossi
Superintendente de Educação Infantil e Ensino Fundamental

Osvany da Costa Gundim Cardoso
Superintendente de Ensino Médio

Elaine Machado Silveira
Superintendente de Desporto Educacional, Arte e Educação

Cel. Mauro Ferreira Vilela
Superintendente de Segurança Escolar e Colégio Militar

Rupert Nickerson Sobrinho
Superintendente de Atenção Especializada

Thayane Gabriele Oliveira Lima
Diagramação / Capa

Colaboradores:
Thayane Gabriele Oliveira Lima
Eliane Cristina Soares Leobas
Valéria Cavalcante da Silva Souza

APRESENTAÇÃO

Pensar a equidade dentro da educação tem sido um princípio de transformação não só educacional, mas sim social, compreendendo a Unidade Escolar como parte fundamental na formação de sujeitos conscientes e respeitosos.

Nesse sentido, é importante refletir acerca de uma escola que vá além da sua estrutura física, para além das paredes, dos objetos, é necessário compreender aquilo que faz o ambiente vivo, as pessoas.

O “Caderno III – Ações de Reconhecimento” nos possibilita romper com as barreiras do racismo, que foram impostas e alimentadas por anos. Reconhecer a importância da população negra e indígena na formação da sociedade brasileira é pauta direta da Lei n˚10.639/2003, modificada pela Lei n˚ 11.645/2008, que alteram a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o ensino sobre a cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas públicas e privadas.

É preciso que existam recursos metodológicos, pedagógicos, materiais e teóricos para a ação, e aqui teremos a oportunidade de integrar discurso e práticas que pautem ações de reconhecimento, construindo estratégias, pessoais e pedagógicas, que valorizem e respeitem a diversidade étnico-racial.

Mais do que ações que repararem o passado, é necessário incorporar novas atitudes, que deem passos intencionais em direção a uma educação comprometida com um futuro mais justo, entendendo este documento como um instrumento de ação, entendendo o espaço da escola como um território fundamental no combate à desigualdade étnico-racial.

Por fim, é importante reiterar a importância de um exercício articulado entre teoria e prática, que garanta ações pedagógicas contínuas, e não momentos pontuais e superficiais. Este material vem mostrar que sem teoria, produzimos práticas infundadas, correndo risco de reforçar estereótipos e desigualdades; e sem a prática, a teoria não alcança a transformação do cotidiano escolar.

Sumário

1. A Importância de Ações de Reconhecimento 5
2. Do discurso a ação: Estratégias pedagógicas de valorização, reconhecimento e respeito às diversidades étnico-raciais 11
2.1 Autodeclaração 12
2.2 Nomes das Unidades Escolares 14
2.3 As Eletivas como recurso no reconhecer 17
2.4 Espaço físico 19
3. Divulgação de ações: o que tem sido feito. 21
4. Faça você mesmo: Atividades Pedagógicas Antirracistas 28
5. Conclusão 31
Referências Bibliográficas 32

1. A Importância de Ações de Reconhecimento

Partindo da premissa de que o racismo se constrói como um fator que não está presente somente em manifestações individualizadas, mas sim um fenômeno enraizado na estrutura da sociedade, definindo a maneira como o ela se concretiza e se reproduz. É importante de imediato compreender, que esse processo histórico é determinante na configuração das relações sociais, de acesso e de poder.

A compreensão de que o racismo está enraizado na nossa sociedade nos ajuda a debater o problema sistemático da desigualdade social, pois é nela que se revela a dinâmica vivenciada pelas populações negras, indígenas e quilombolas.

Reconhecer o racismo como um problema estruturante da nossa sociedade é o primeiro passo para assumir que precisamos de ações que o dissolvam e que lidem diretamente com suas consequências, consequências essas que atingem diretamente o processo de ensino e aprendizado de crianças, adolescentes e adultos negros, indígenas e quilombolas.

O processo que estamos realizando é o de reeducação étnico-racial, já que fomos educados por muito tempo através de uma ótica racista e excludente. É fundamental realizar o resgate dessas comunidades e de quem são e quem somos, pois é a partir da memória que se constitui a tradição viva.

Reeducar e repensar demonstra a nossa capacidade de sermos seres críticos, capazes de reconhecer no processo da educação os nossos avanços, mas também os nossos limites e lacunas ainda abertas.

Dentro da história observamos processos de apagamentos, fundados a partir de uma perspectiva que faz com que a história étnico-racial do nosso país seja esquecida e contada a partir de vieses irreais por muitos anos. A possibilidade de entender esse “esquecimento” como uma pedagogia de silenciamento e como reação aos traumas coletivos da escravidão, nos abre portas para a ação! Uma ação que enxergue ações ainda racistas como ultrapassadas.

É o momento de compactuar e investir em uma pedagogia que não esqueça e nem apague, mas que traga à tona a reparação como um fazer cotidiano, resgatando o passado para garantir o futuro. Nesse momento é necessário alinhar teoria e prática, estudo e ação, para que a partir do reconhecimento das nossas problemáticas históricas, possamos construir um presente e um futuro que valorize e reconheça nossas comunidades.

De acordo com o dicionário[1], “reconhecer” é um verbo transitivo direto significa “¹identificar, distinguir (algo ou alguém, por certos caracteres, ou que se conheceu anteriormente); ²admitir ou certificar como verdadeiro.” Quando falamos de ações de reconhecimento para relações étnico raciais, estamos lidando com um processo que seja capaz de validar e admitir a história de várias comunidades e grupos sociais.

Esse tipo de ação se torna importante, principalmente no contexto educacional, quando ainda encontramos espaços e movimentos que desvalidam e negligenciam a trajetória e as contribuições de povos e comunidades negras e indígenas. Se debruçar sobre história afro-brasileira e indígena é enxergar e entender o passado, para assim desmistificar o presente e contribuir para um futuro mais igualitário e humano.

Este material surge em colaboração com esse processo de formação, para que povos indígenas e afro-brasileiros não sejam mais silenciados dentro dos espaços educacionais. É preciso ampliar nossa visão enquanto profissionais da educação, nos entendendo como parte do processo e como entes também responsáveis.

A Lei n°10.639/2003, modificada pela Lei n° 11.645/2008, como já citada na apresentação deste caderno, bem como a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) e tantas outras ações e programas afirmativos de caráter nacional, vem mostrando que nossa atuação dentro desta temática está validada e impulsionada de maneira legal e institucional. O Estado reconhece que práticas antirracistas devem ser incorporadas ao currículo da educação brasileira, caso contrário a LDB não teria sido alterada.

As ações para as relações étnico-raciais são ancoradas por uma Legislação Nacional, ou seja, é preciso entender a escola como um ente responsável pelo processo antirracista, já que é dentro deste espaço que se formam as subjetividades dos indivíduos. É necessário que os estudantes compreendam que a sociedade, historicamente, é construída sob relações de poder e imersa em desigualdades, se tornando necessário refletir e repensar sobre a educação dentro do espaço da escola.

A educação é grande parte do processo de construção humana e cidadã! A escola que se recusa debater as temáticas étnico-raciais se torna uma instituição dessintonizada, fora do tempo que se corre, se torna uma instituição vazia e descompromissada com a formação de seus estudantes, já que todos os avanços e tensões vividos na sociedade se impõem ao espaço escolar e aos sujeitos que ele pertence.

[1] Dicionário disponível em: https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/. Acesso em: 16/09/2025.

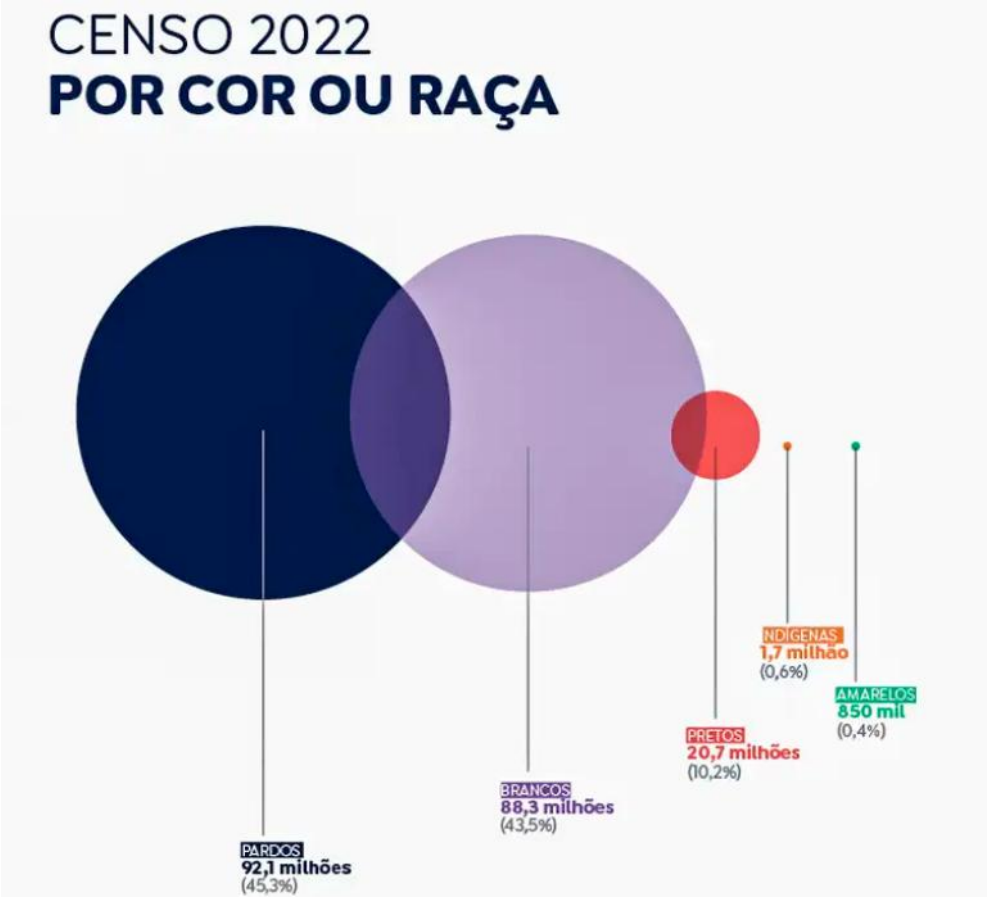
O processo de reconhecimento faz com que enxerguemos a história como um processo coletivo e não individual e que a partir da autonomia e consciência, também consigamos nos colocar como potência transformadora dessa engrenagem.

As ações construídas para além das instâncias pessoais, têm pensado o movimento de superação dos preconceitos étnico-raciais de maneira coletiva, na implementação de projetos, leis e políticas que valorizem esses saberes e que tragam para o protagonismo a identidade e as potencialidades dessa população.

De acordo com o último censo IBGE[2], 55,5% da população brasileira se identifica como preta e parda. Desde 1872, quando ocorreu o primeiro recenseamento do Brasil, que a população autodeclarada parda não supera o quantitativo de autodeclarações brancas. Esse movimento pauta ações que acontecem para além do nascer e morrer no território brasileiro, o aumento do autorreconhecimento e da autodeclaração, são resultados diretos de uma população cada vez mais informada, comprometida e consciente de si, do próximo, do seu território e do que consome.

A autodeclaração é um dado e um movimento essencial dentro do processo de reeducação étnico-racial, porque é a partir dela que criamos parâmetros em dados para dar concretude a nossas ações.

[2] Censo 2022 IBGE disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html. Acesso em: 16/09/2025.

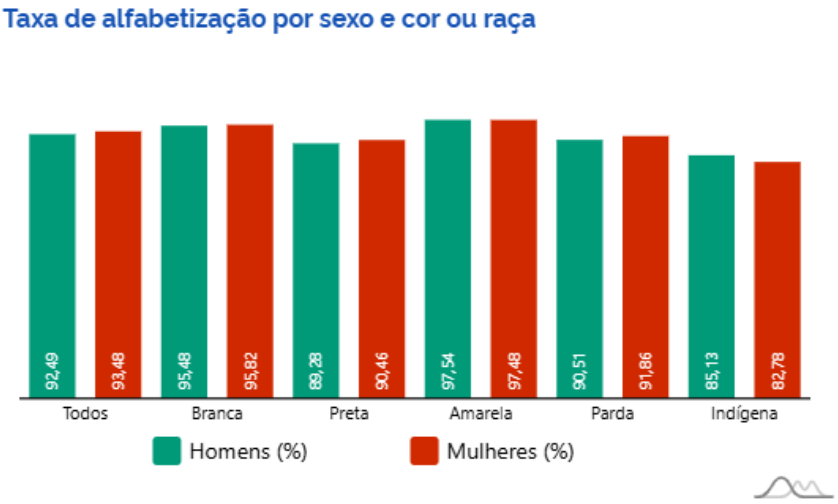


Fonte: Agência Brasil. Disponível em: https://abre.ai/nz6x. Acesso em: 16/09/2025

É importante retomar que legalmente

> "[...] o Estatuto da Igualdade Racial estabelece que são consideradas pessoas negras as que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo IBGE e que possuam traços físicos, também chamados de fenotípicos, que as caracterizem como de cor preta ou parda."
>
> (TJDFT, 2023)

Mesmo com o crescimento da autodeclaração de pessoas negras (pretas e pardas), a partir do mesmo censo, podemos observar que a taxa de alfabetização dessas pessoas e da comunidade indígena, ainda é inferior ao de pessoas brancas, demonstrando que ainda temos muito o que fazer no que tange a equidade étnico-racial no Brasil.



Fonte: IBGE. Disponível em: https://abre.ai/nz7q. Acesso em: 16/09/2025.

A partir disso, é importante que enquanto sociedade comprometida com o processo de equidade, possamos identificar nas potencialidades desse movimento, a necessidade de possibilitar uma articulação que capacite, amplie e dê recursos, visando uma sociedade respeitosa em sua pluralidade.

Além de um direito, a educação é parte principal da construção do indivíduo, fazendo tanto a parte educacional, como a sociocultural, propiciando além do conhecimento, o acesso à cultura.

Ao atrelarmos os dados com os princípios educacionais é possível compreender que existem algumas lacunas ainda abertas. A disparidade educacional entre pessoas negras e indígenas em relação a pessoas brancas no Brasil ainda é bem grande, desse modo, não podemos enxergar o ambiente educacional como um espaço igual para todos, sem abarcar as diferenças e a diversidade do corpo discente e docente.

Segundo a autora Nilma Lino Gomes,

> as práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias. Essa afirmação pode parecer paradoxal, mas, dependendo do discurso e da prática desenvolvida, pode-se incorrer no erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças (Gomes, 2001, p.86)

Reconhecer na escola um espaço de colaboração e construção de oportunidades para uma sociedade cada vez mais justa, é viabilizar e responsabilizar

os envolvidos nesse ecossistema de uma atuação que paute a equidade étnico-racial como princípio norteador. A busca pela equidade deve ser um compromisso de todos.



Fonte: Instituto Unibanco. Disponível em: https://abre.ai/nCOO. Acesso em: 22/09/2025

Então, antes de tudo, é muito importante reconhecer a questão da desigualdade étnico-racial dentro do ecossistema escolar para conseguirmos combatê-lo. É na escola que temos a oportunidade de construir um espaço de respeito mútuo e acolhimento, para que se possa falar sobre preconceitos e diferenças de uma maneira construtiva e sem medo.

Dentro desse processo de uma formação, pautado na equidade étnico-racial, é importante relembrar que o direcionamento das ações combativas deve ser para todos os profissionais da educação, não apenas para aqueles que ministram os componentes curriculares da área de humanidades, que é o que normalmente acaba acontecendo.

Se torna importante compreender que todos os agentes educacionais estão envolvidos na luta pela equidade étnico-racial, que o debate não deve ser somente dos docentes que ministram componente curriculares da área de humanas ou professores negros.

> Se o racismo é um fenômeno sistêmico que se manifesta em todas as dimensões da política educacional, a forma mais efetiva de abordá-lo é tendo uma estratégia abrangente. Quando abordado de maneira centralizada ou superficial, [...] não caminhamos de maneira efetiva na direção da redução das desigualdades raciais.

2. Do discurso a ação: Estratégias pedagógicas de valorização, reconhecimento e respeito às diversidades étnico-raciais

Ao entender que reconhecer é um dos passos para promoção de uma educação que valoriza a diversidade e as diferenças, que se inicia em um processo de estudo e formação, se torna importante não parar por aí.

Compreender os mecanismos de resistência utilizados pelas comunidades negras, indígenas e quilombolas até os dias atuais, colaboram para nos auxiliar a pensar ações que visem a construção de um espaço respeitoso, que valide e valorize ações já existentes, na intenção de inspirarem novos movimentos de reconhecimento e identificação.

Articular teoria e prática é um exercício fundamental para que, de forma efetiva, seja possível pensar estratégia pedagógicas voltadas para a valorização, reconhecimento e respeito às diversidades étnico-raciais.

A teoria, estudo e formação, vão nos fornecer conceitos e fundamentos da história que irão sustentar nossos argumentos e a compreensão das questões centrais no debate, oferecendo recursos para que se compreenda a educação como um espaço de construção, onde devemos incorporar em nossas práticas, de maneira crítica, nossos aprendizados.

Porém, a teoria por si só não é funcional, é necessário que ela esteja atrelada a prática pedagógica, para que esses conceitos ganhem materialidade, concretizando experiências de ensino e aprendizagem significativas.

É a prática que permite que o conhecimento se traduza e dialogue com as vivências dos estudantes, ultrapassando abordagens pontuais, mas integrando e valorizando a diversidade de forma contínua.

O movimento aqui será pensar estratégias que colaborem com nosso processo de reeducação étnico-racial, possibilitando que a partir de ações no cotidiano a gente consiga traçar um caminho em que a desigualdade se torne passado e a equidade se torne presente.

Para repensar a educação numa perspectiva antirracista é necessário formação e estudo por parte da equipe pedagógica, fazendo com que este tipo de educação esteja presente no eixo estruturante do currículo escolar. Do mesmo modo para se aplicar um novo conteúdo, é fundamental que os profissionais se debrucem em cima desses estudos.

O racismo tira o local de humanidade, é preciso reconhecer as pessoas negras, indígenas e quilombolas como sujeitos de direito, cidadãos, produtores de conhecimento, arte e cultura. Só assim conseguiremos uma educação equitativa e respeitosa.



Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jkGjuTQZPcE&t=2s. Acesso em:15/10/2025

2.1 Autodeclaração



Fonte: Canva. Disponível em: https://www.canva.com/ . Acesso em: 02/10/2025

A autodeclaração étnico-racial é o processo em que o indivíduo se identifica com uma raça ou etnia específica. Essa identificação parte de um conjunto de fatores físicos, genéticos e sociais, que são atrelados a uma reflexão sobre a própria identidade racial.

Esse método é utilizado para promoção de políticas públicas de ações afirmativas e na construção de ambientes plurais e sem preconceito. Dentro da luta contra a desigualdade étnico-racial na educação, a autodeclaração é muito

importante, pois traz dados consistentes para basear nossas atividades e mostrar a importância delas.

Como ação de reconhecimento, a autodeclaração é um instrumento que pode ser usado como um recurso dentro da unidade escolar para o combate das desigualdades.

Se reconhecemos os estudantes negros, indígenas e quilombolas das nossas Unidades Escolares, consequentemente nossa atuação se torna cada vez mais eficaz e articulada, já que entendendo a demanda, podemos trilhar com mais veemência o caminho das soluções, a partir da realidade vivida por eles.

> [...] para se ter uma visão completa da realidade educacional brasileira, é fundamental que os dados coletados também reflitam a diversidade étnico-racial da população. Alunos negros e indígenas, por exemplo, têm histórias e realidades diferentes das vividas por alunos brancos, e isso pode refletir na trajetória escolar. Saber quantos alunos de cada grupo racial estão matriculados em cada escola e região do país é imprescindível para que seja possível compreender melhor as desigualdades e especificidades das diferentes populações. (Secretaria de Estado de Educação de Goiás, 2024)

Dentro da Unidade Escolar, é importante que a equipe gestora e os docentes, fortaleçam o incentivo a autodeclaração durante a matrícula, mas que principalmente fortaleça o trabalho identitário desses estudantes ao longo do ano letivo, de modo contínuo, a partir de atividades, projetos, palestras e movimentações de protagonismo estudantil e de autonomia.

Atividades de identificação devem ser proposta pelo corpo docente e pela gestão, é preciso que esse estudante consiga se autodeclarar de maneira independente e para além disso, consiga enxergar de maneira crítica a sua existência na sociedade e no espaço escolar.

Normalmente, as ações de autodeclaração são respondidas pelos pais e/ou responsáveis dos estudantes e quando chega um momento, de prova ou atividade, esse mesmo estudante não consegue se autodeclarar ou se reconhecer. É preciso que esse processo não seja construído de maneira fragmentada, o próprio estudante deve ser incluído, caso contrário, encontraremos dados que não corresponderão com a realidade das nossas escolas.

É preciso que nós, profissionais da educação, saibamos quem são os nossos estudantes, precisamos reconhecê-los, seja nas paredes da escola, nos banheiros, nos slides que utilizamos nas aulas, nos livros didáticos e paradidáticos. Esse

movimento se conecta diretamente com o pertencimento estudantil nos espaços escolares, fazendo com que sejam protagonistas de suas trajetórias e consequentemente possam atingir melhores resultados de aprendizagem.



Disponível: https://abre.ai/nOcC. Acesso em: 14/10/2025

2.2 Nomes das Unidades Escolares

A mudança dos nomes das Unidades Escolares do Estado de Goiás, evidenciando o território a que pertencem, seja ele quilombola ou indígena, também é uma estratégia de retomada da história e reconhecimento de um movimento de identificação e valorização da identidade.

Ao considerar o Parecer nº 3 do Conselho Estadual de Educação – CEE-GO, de 16 de fevereiro de 2018, item 7.2 denominado "Da Denominação do Estabelecimento":

> "O nome da unidade escolar tem a ver com o universo de valores que ela professa, ou a qualidade e modalidade do ensino que ela ministra. O mantenedor goza de total liberdade na escolha do nome de sua escola, desde que a denominação não recaia sobre nomes que ofendam o bom senso e a dignidade da instituição.
> Ao nome da escola, deve ser acrescentado o tipo de ensino que oferece, de maneira que possa comunicar e marcar sua identidade junto à comunidade.
> As unidades escolares, que ostentam denominações de nomes de pessoas ilustres, orgulham-se em apresentar a biografia destas personalidades aos educandos, para que se espalhem nesses exemplos na orientação do projeto de vida. São pessoas de renomado e indiscutível saber, exemplos de vida exemplar, personalidades notórias que ofereceram relevante contribuição

> social, de autoridades, de mestres consagrados na história e no mundo da cultura da região ou do país.”

Nomear faz parte do processo de identificar e validar a história da comunidade em que ela está alocada. É respeitar o território, fortalecer a identidade e possibilitar recursos de existências para os estudantes e profissionais que frequentam esses espaços.

Para além de valorizar a trajetória dos estudantes que pertencem àquela UE, dar nome possibilita que a comunidade e qualquer pessoa que transite por aquele espaço, entenda que aquele território tem uma história própria e que deve ser valorizada e respeitada.



Fonte: Governo de Goiás. Disponível em: https://abre.ai/nC4m. Acesso em: 22/09/2025



Fonte: Jornal Opção. Disponível em: https://abre.ai/nEbI. Acesso em: 24/09/2025

Fortalecer o processo de nomeação de escolas localizadas em territórios quilombolas reforça a identidade cultural e o protagonismo da comunidade, se tornando um instrumento de resistência, garantindo que a escola seja um espaço vivo.

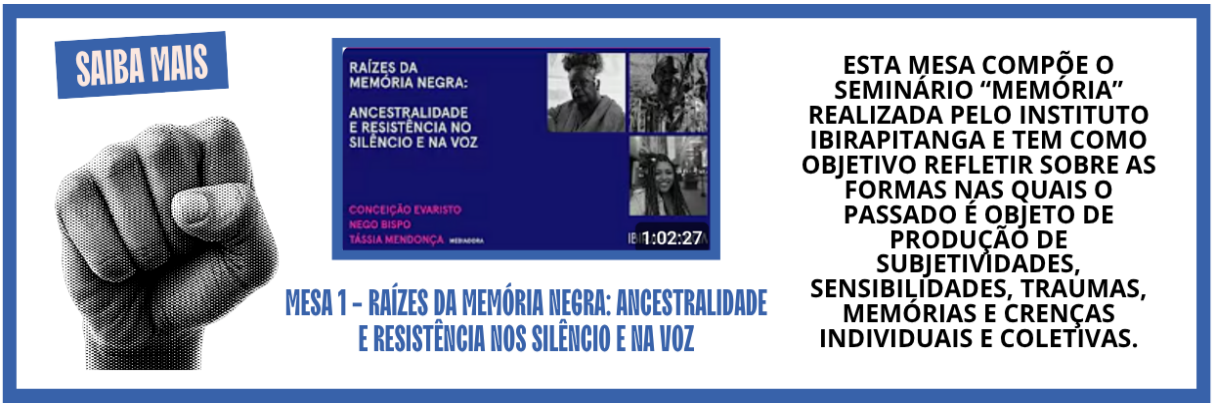
Nomear as Unidades Escolares é um direito da população quilombola, a Lei n° 12.215, de 18 de setembro de 2025, permite que as populações quilombolas, do campo e indígenas substituam suas antigas nomenclaturas para nomes que representem a comunidade, tradição e memória de seu território.

A lei garante faz parte do nosso processo de reeducação étnico-racial, já que “dar nome” a pessoas, coisas e lugares, faz parte de um processo de colonização vivido dentro da nossa história, então se torna fundamental reaprender a nomear, agora considerando a memória coletiva da comunidade e a inserção da escola no seu cotidiano de vida, como parte de suas trajetórias.

Para além disso, ao denominar a Unidade Escolar com sua especificidade (Quilombola, Indígena ou de Campo), o direcionamento de recursos é facilitado, garantindo o repasse para a escola.

As palavras atribuem sentido! Reconhecer e valorizar a nomenclatura a escolas quilombolas, indígenas e do campo faz parte do processo de validação e reconhecimento dessas comunidades, fazendo viva e revivendo a memória. Como dito por Steve Biko[3]: “Um povo sem memória é como um carro sem motor”, ou seja, sem conhecimento da própria história não temos ferramentas, recursos e o impulso necessário para avançarmos em prol de uma sociedade cada vez mais equitativa e justa.

[3] Stephen Bantu Biko foi um ativista anti-apartheid da África do Sul na década de 1960 e 1970.



Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=UeixrAr8fL0. Acesso em: 06/10/2025

2.3 As Eletivas como recurso no reconhecer

Seguindo ainda a lógica de fortalecimento de programas, políticas e ações já existentes, um bom recurso a ser utilizado dentro das Unidades Escolares é a utilização das Eletivas, mas de modo intencional e articulado.

O espaço para as disciplinas eletivas pode ser uma oportunidade de integrar parte do currículo que atende a especificidade daquela escola. É um passo inicial na implementação de uma educação comprometida com a redução das desigualdades, utilizando de um recurso pré-elaborado para dar amplitude e visibilidade a outras ações e debates.

A intencionalidade aparece na hora de escolha da Eletiva que a escola irá trabalhar, é importante que elas respeitem a identidade do território, desse modo, é indicado que escolas indígenas e quilombolas, optem por escolher eletivas que envolvam esta temática.

O quadro abaixo foi retirado do Catálogo de Eletivas de 2025, e na página 12, aparecem explicitadas as disciplinas ofertadas que trabalham a cultura e fortalecem a individualidade daquele espaço.

4. ORGANIZAÇÃO DAS TEMÁTICAS PARA A OFERTA DAS ELETIVAS

Indígena		Quilombola	
EF	EM	EF	EM
Artesanato Indígena Brasileiro	Artesanato Indígena Brasileiro	Cultura e Dança Quilombola	Cultura e Dança Quilombola
Cultura e Dança Indígena	Cultura e Dança Indígena	Empreendedo-rismo e Inovação Quilombola	Empreendedo-rismo e Inovação Quilombola
Horta Orgânica e Medicinal Indígena	Horta Orgânica e Medicinal Indígena	Ecoturismo	Ecoturismo
História Afro e Indígena	História Afro e Indígena	Horta Orgânica e Medicinal Quilombola	Horta Orgânica e Medicinal Quilombola
Informática Indígena	Informática Indígena	Percussão Quilombola	Percussão Quilombola
Narrativas e Mitos Indígenas	Narrativas e Mitos Indígenas	História Afro e Indígena	História Afro e Indígena
Pluralidades Culturais Afro-Brasileira e Indígena	Pluralidades Culturais Afro-Brasileira e Indígena	Pluralidades Culturais Afro-Brasileira e Indígena	Pluralidades Culturais Afro-Brasileira e Indígena
		Educação Ambiental e Sustentabilida-de	Educação Ambiental e Sustentabilida-de

Fonte: Catálogo de Eletivas 2025. Disponível em: https://abre.ai/nEcW. Acesso em: 24/09/2025

A prática das eletivas voltadas para a cultura quilombola e indígena, para além da teoria, demonstram um avanço na valorização e pertencimento dos estudantes.

Quando ofertamos práticas, línguas e saberes dos povos tradicionais dentro do próprio território, de forma colaborativa, construímos um espaço ancestral, que rompe com os processos históricos de violência e apagamento, oferecendo ali um espaço de reconhecimento.

Segundo o próprio catálogo: “[...] as Eletivas se mostram como uma oportunidade de abordagem prática do currículo, trazendo os estudantes ao centro,

um elemento essencial ao exercício e desenvolvimento do protagonismo.” (Goiás, 2025, p. 5).

Incluir as eletivas no “reconhecer” faz parte do processo coletivo de ação e validação da importância de cada estudante quilombola e indígena dentro do espaço escolar.

2.4 Espaço físico

O pertencimento ao espaço físico da UE também é essencial, como representações visuais nas salas de aula, nos murais e nos corredores, abordando as histórias das famílias, elementos das culturas, personalidades importantes negras, quilombolas e indígenas. Isso valoriza aqueles estudantes, faz com que enxerguem a escola como um espaço próprio, contribuindo diretamente para uma maior dedicação no estudo e aprendizagem fortalecendo o sentimento de pertencimento e a identidade étnica dos estudantes.



Fonte: Arquivo próprio. Colégio Estadual Quilombola Marechal Humberto De Alencar Castelo Branco.





Fonte: Arquivo próprio. Colégio Estadual Filomeno Luiz de França.




Fonte: Arquivo próprio. Colégio Estadual Filomeno Luiz de França.

A adequação do espaço físico é um passo muito importante quando falamos de ações de reconhecimento, é um passo muito significativo e um dos mais simples a serem feitos. É um bom local de partida para as escolas e gestões que ainda não sabem como iniciar ou o que fazer.

(Re)imprimir as placas de identificação das salas da escola e/ou trabalhar em um mural representativo, faz parte de ações que parecem pequenas, mas que fazem diferença no processo de reconhecimento dos estudantes daquela unidade escolar.

O espaço físico é o cartão de visita da Unidade Escolar, se ela está localizada em um território quilombola ou indígena, é crucial que ela possa ser identificada assim que se adentre o seu espaço.

É necessário conhecer a comunidade em que a escola está situada, relembrando que os povos quilombolas e indígenas não são povos homogêneos, ou seja, cada comunidade tem sua característica específica, então a identidade visual da Unidade Escolar deve estar conectada diretamente com a história da comunidade.

3. Divulgação de ações: o que tem sido feito.

Como parte da ideia que o caderno segue, de sugerir temas a serem trabalhados, mas também demonstrar inspirações do que já está sendo implementado, essa sessão tem o propósito de divulgar práticas pedagogias que já estão rodando dentro da nossa Rede Estadual.

É importante reforçar nesse momento que todas as ações são bem-vindas, mas é importante dar prioridade para projetos, programas e ações que aconteçam de forma contínua e não apenas pontual. É o momento de revisar o PPP, Planos de Ação, Regimentos Internos e documentações da Unidade Escolar. O trabalho étnico-racial dentro da Unidade Escolar deve fazer parte da estrutura de funcionamento de escola, pensando no início do ano, como parte fundamental da construção do espaço escolar.

Os debates acerca da raça e a etnia não devem ser um braço que se conecta à escola, ele deve ser parte do corpo, pensado de maneira estruturada e continuada. A princípio, pode parecer complicado implementar dessa maneira, mas apenas dessa forma, com o tempo, se tornará mais fácil que as ações aconteçam de modo natural.

Os projetos e atividades voltados para o reconhecimento da cultura e história das comunidades negras, quilombolas e indígenas deve sem pensado de maneira interdisciplinar, não sendo restrita apenas ao componente curricular de história.

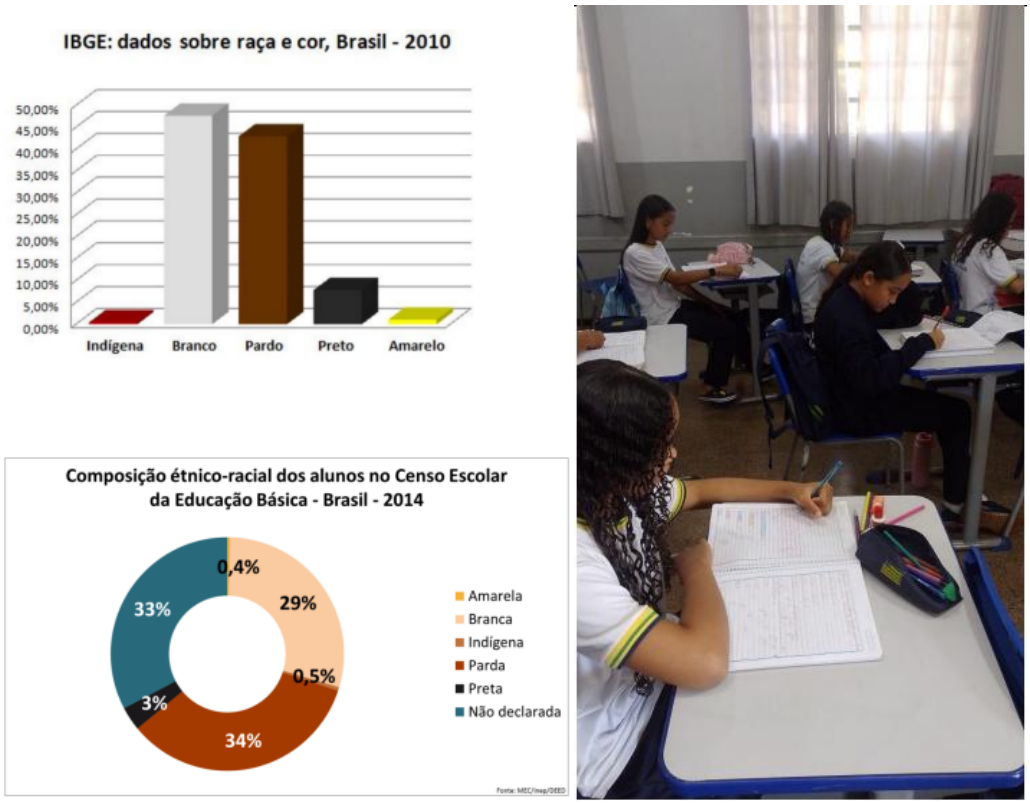
O Colégio Estadual Sebastião Alves Ferreira, do município de Maurilândia/GO, realizou uma atividade prática de Educação Física. A professora regente Elaine Rosa de Freitas concretizou uma ação interdisciplinar com a disciplina de História, trabalhando a cultura afro-brasileira e a prática corporal a partir da capoeira. Utilizando de uma metodologia que priorizava “Compreender a origem da Capoeira enquanto expressão cultural afro-brasileira, reconhecendo sua importância histórica, social e corporal.”, a professora motivou e incentivou o aprendizado teórico e prático de seus discentes.



Fonte: Arquivo próprio. Colégio Estadual Sebastião Alves Ferreira.

Entendendo que as práticas reparadoras não estão restritas aos componentes curriculares de humanas, como já citado, a professora Vanessa Barcelos, do Colégio Estadual José Madalena, localizado também em Maurilândia/GO, leciona a disciplina de Matemática e realizou a atividade “Análise de Dados e Construção de Gráficos Subtema: Representatividade Étnico-Racial na Sociedade Brasileira”.

Segundo ela, o projeto propunha trabalhar com os estudantes “[...] a leitura, organização e interpretação de dados estatísticos sobre a composição étnico-racial da população brasileira.” Utilizando os dados oficiais do IBGE, os discentes puderam exercitar a interpretação de tabelas e a construção de gráficos, desenvolvendo as competências matemáticas, alfabetização estatística e consequentemente, a reflexão crítica sobre a representatividade étnico-racial.

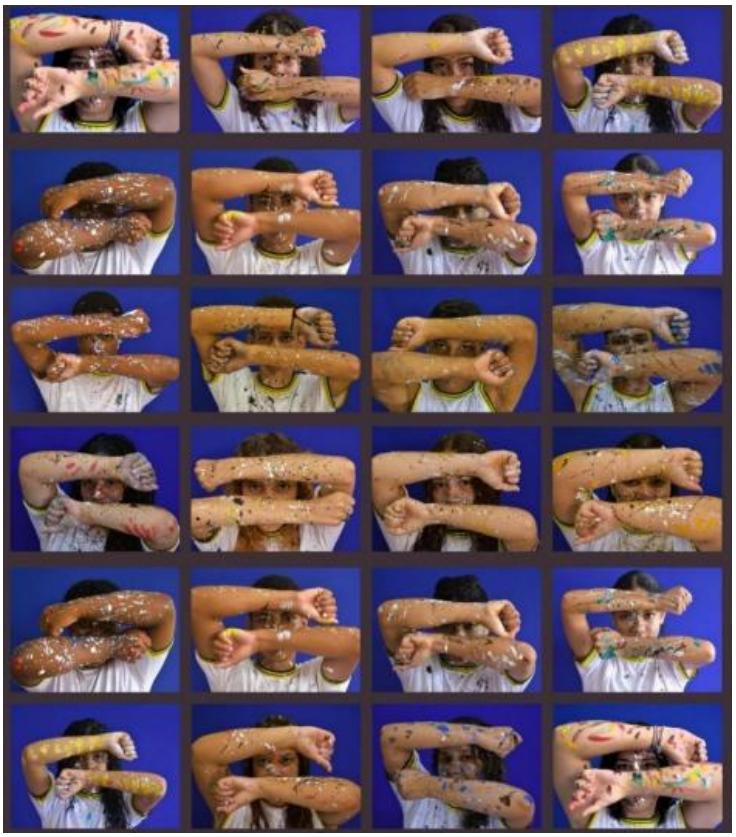


Fonte: Arquivo próprio. Colégio Estadual José Madalena.

Ainda trabalhando com a interdisciplinariedade, no Colégio Estadual de Educação do Campo Aurelice Gomes da Fonseca, em Formosa/GO, o professor Rodrigo Jacinto de Freitas realizou o “Projeto Fotográfico Antirracista: Cores da Resistência”. Nesse processo duas áreas de conhecimento compuseram a atividade, tanto as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, como a área de Linguagens e suas Tecnologias.

Com a justificativa de “utilizar a linguagem visual e artística da fotografia como ferramenta de conscientização e combate ao racismo estrutural.”, seria feito um ensaio fotográfico em que as cores de tintas e as pinturas seriam o elemento central do ensaio, simbolizando a diversidade. O objetivo era “Promover a conscientização sobre o racismo e valorizar a diversidade étnico-racial e igualdade por meio de um ensaio fotográfico artístico que utiliza tintas e núcleos como símbolos de resistência, união e identidade.”

Entendendo a arte como também um meio de comunicação e transformação da sociedade, o momento para a atividade tinha a intenção de estimular o diálogo entre os estudantes.



Fonte: Arquivo próprio. Colégio Estadual de Educação do Campo Aurelice Gomes da Fonseca.

As experiências dentro das Unidades Escolares são diversas e é preciso valorizar aquelas que não são apenas pontuais, reforçando o compromisso legal da LDB dentro do chão da escola.

No CEPI Argemiro Antônio de Araujo, localizado no município de Posse, em Goiás, foi realizado o projeto “Vozes Negras: Histórias, Culturas e Resistências”, onde atuaram as áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Linguagens e Integração Curricular. Durante o ano letivo foram realizadas produções com os estudantes, que culminava em apresentações nos eventos escolares.

Com o objetivo geral de “Promover a valorização da identidade negra e indígena, combatendo o racismo estrutural por meio do conhecimento, do diálogo e da arte”, o projeto foi dividido em 4 etapas:

- Etapa 1 - Sensibilização e Escuta: Momento voltado para realização de rodas de conversa com os estudantes na intenção de levantar os conhecimentos prévios sobre a temática; exibição de vídeos com poesias e depoimentos de jovens negros; aplicação de um questionário anônimo com o título “Como você vê as relações raciais na nossa escola?”

- Etapa 2 – Formação e Pesquisa: Foram realizadas aulas temáticas interdisciplinares, História, Literatura, Artes, Geografia e Sociologia, para que os estudantes consigam apreender através de fatos, várias vertentes da questão racial. Além disso, foi orientada uma pesquisa em grupo para que os estudantes pudessem se aprofundar nos eixos trabalhados.
- Eixo 3 – Produção e Expressão: Os estudantes apresentavam suas pesquisas a partir de diversos formatos, teatro, podcasts, murais e *slam* de poesia.
- Eixo 4 -Culminância: Realização do “Festival Vozes Negras”, um evento aberto a comunidade escolar com a apresentação dos grupos, feiras culturais, convidados especiais da área e espaços de diálogo.



Fonte: Arquivo próprio. CEPI Argemiro Antonio de Araujo.



Fonte: Arquivo próprio. CEPI Argemiro Antonio de Araujo.

No CEPI Osvaldo da Costa Meireles, em Luziânia, a professora de História, Juliana Felix da Silva (História) e Márcia Pereira (Geografia) desenvolveram o projeto chamado “Escola antirracista: conhecimento, identidade e transformação”, de maneira interdisciplinar, com os professores Elimar Siqueira de Filosofia e Sociologia e Frederico Mateus Coordenador Pedagógico

Reafirmando a importância da Lei 10.639/2003, identificou-se a necessidade de enfatizar a representatividade étnico-racial, aprofundando e ampliando o debate sobre o racismo e equidade racial. A equipe que realizou o evento contou com a participação da professora Gina Vieira[4], buscando “envolver toda a comunidade escolar, docentes, gestão e estudantes, na construção de práticas que promovam uma educação mais justa, inclusiva e comprometida com os direitos humanos.”

Antes de envolver os estudantes, a professora reconheceu a importância de mobilizar o corpo docente da Unidade Escolar, dessa forma, a atividade foi voltada para a equipe pedagógica, reiterando a importância que só teremos estudantes engajados se a equipe for engajada também.

Segundo as professoras:

> O impacto do projeto já é perceptível: nota-se o aumento da representatividade e da autoestima entre os estudantes negros, a desconstrução de preconceitos em alunos não negros e o fortalecimento do

[4] Gina Viera Ponte de Albuquerque é professora de português na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Reconhecida pela sua liderança e atuação no campo das questões raciais.

clima escolar e das relações respeitosas. Além disso, a iniciativa vem contribuindo para a formação continuada de professores e gestores, que se consolidam como multiplicadores do conhecimento e agentes de transformação dentro e fora da escola, promovendo práticas pedagógicas que reforçam a equidade, a cidadania e a inclusão.

Em relação a próximos passos, a equipe tem organizado um projeto contínuo e integrado, “no qual cada série do Ensino Médio trabalharia com obras específicas: Pacto da Branquitude, Racismo Estrutural e Pequeno Manual Antirracista.”



Fonte: Arquivo próprio. CEPI Osvaldo da Costa Meireles.

É importante ter na teoria e na prática que o reconhecimento vem acompanhado de mudança, é a movimentação de não olhar unicamente para o outro, mas também para si e para dentro, para esses estudantes dentro do ambiente escolar. É preciso se questionar! O movimento é reconhecer para transformar.

4. Faça você mesmo: Atividades Pedagógicas Antirracistas

Este material tem como objetivo ser um recurso de aprendizagem no que tange as questões étnico-raciais no âmbito da educação e sociedade, mas para além da leitura e apreensão, é necessário a aplicabilidade, a prática, como já mencionado aqui.

Deixaremos algumas sugestões de atividades pedagógicas antirracistas que podem ser implementadas e adaptadas para as diversas realidades das Unidades Escolares da nossa rede. Lembrem-se, o trabalho se faz de maneira coletiva, o que deixamos aqui é apenas o início do que pode ser trabalhado.



SUGESTÕES METODOLÓGICAS PARA APLICAR

CARTILHA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS - GOVERNO DE PERNAMBUCO

PLANO DE APRENDIZAGEM

O Ciclo Investigativo como ferramenta de discussão e compreensão das questões étnico-raciais: analisando e construindo dados estatísticos

- Nesta proposta, destacamos o potencial da Educação Estatística para explorar questões sociais, econômicas e políticas por meio da análise de dados.
- Sugere-se de forma coletiva a escolha dos temas entre os estudantes e o professor.
- Formulação de problemas de pesquisa: cada grupo formula perguntas específicas relacionadas ao tema escolhido.
- Coleta de dados: os participantes realizam a coleta de dados na própria escola, na sala de aula ou na comunidade que residem.
- Análise de dados: cada grupo analisa os dados coletados, identificando padrões, tendências e relações.
- Produção dos gráficos: com base nas análises e reflexões, cada grupo produz conclusões sobre o tema investigado. É nesta fase que o professor orienta, de forma mais específica, o trabalho com os conceitos estatísticos. Qual tipo de gráfico ou tabela é mais apropriado para uma determinada variável? Em que situações devemos optar pela média, mediana ou moda? Devemos considerar números absolutos ou relativos?

Sugestões extras

Compreende-se o Ciclo Investigativo como método que inclui diversas etapas para ampliação da análise de um determinado tema. (Santana; Cazorla, 2020).

PLANO DE APRENDIZAGEM

Ancestralidade e memória iconográfica

- Iremos utilizar a imagem da tela "A redenção de Cam (1895)", de Modesto Brocos, que representa a miscigenação entre brancos e negros no Brasil.
- O/A professor(a) projeta essa imagem, sem o título, e solicita que os(as) estudantes a leiam, silenciosamente. Em seguida, peça aos estudantes que descrevam a figura, o que cada personagem está fazendo: o que fazem a criança, o homem, a senhora idosa, a mulher que está com a criança no colo.
- Cada um escreve o que acha que está acontecendo e resume a história da imagem em poucas linhas. Peça que os(as) estudantes deem um título à imagem.
- O(A) professor(a) conta a história oficial do quadro e debate com os(as) estudantes sobre como uma imagem ganha vida própria a partir das memórias de cada pessoa.
- Solicite aos(às) estudantes que criem uma possível releitura da imagem, mudando os papéis dos personagens. Que títulos dariam a ela, e por quê?

Sugestões extras

Aproveite para fazer uma discussão com a turma sobre a história do negro no Brasil pós-abolição.

Atividades Pedagógicas



ANTIRRACISTAS

SUGESTÕES METODOLÓGICAS PARA APLICAR

A COR DA CULTURA

PLANO DE APRENDIZAGEM

O que sei X O que aprendi

- Inicie a atividade perguntando à turma sobre o que lhes vem à mente quando pensam em África. Anote todas as palavras e expressões em um quadro ou papel que possa ser visualizado por toda a turma.
- Exibir também um mapa-múndi, caso a escola forneça, destacando os continentes da África para ajudar os alunos a pensarem sobre suas ideias e percepções sobre essas sociedades.
- Selecione um material didático ou paradidádico, livros, vídeos, fotos, que abordem o continente africano.
- Após a explicação elabore novamente o quadro e questione os estudantes sobre o que aprenderam de novo sobre o continente e o que sabem agora.

A ideia da aula é a construção de um mapa mental na lousa que dê visibilidade aos conhecimentos já apreendidos pelos estudantes sobre o continente africano.

Sugestões extras

Essa aula pode ser divida em mais de um momento, sempre construindo o ultimo quadro do "O que aprendi" na última aula, incentivando para que os estudantes pesquisem sobre o tema, trabalhando os reinos, rios, cultura e sociabilidade de países africanos.

Atividades Pedagógicas



ANTIRRACISTAS

SUGESTÕES METODOLÓGICAS PARA APLICAR

PROFª THAYANE LIMA

GOVERNO DE GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

PLANO DE APRENDIZAGEM

Ervas medicinais

- A partir da sabedoria ancestral, selecionar ervas importantes e disseminar seu amplo uso na população, apresentando suas propriedades terapêuticas, benefícios e formas de utilização por meio da exploração dos cinco sentidos.
- O professor pode dividir a turma em grupos ou realizar a atividade de modo individual. É ideal que seja motivado nos estudantes a pesquisa, seja bibliográfica ou em comunidade, na intenção de levantar tradições medicinais da família ou de conhecidos. Um chá que se toma para tosse ou dor de barriga, as respostas serão variadas.
- Nesta fase o professor conduz, direcionando as propriedades dessas ervas/plantas, o porquê são utilizadas nesses momentos. É interessante fazer as ligações com a ciência, se existem explicações de fato científicas para serem usadas e com a história, como que foi construído essas crenças.
- Pode ser construído um mapa visual com essas plantas, em espécie, fotos ou desenhadas, detalhando suas características científicas e históricas.

Sugestões extras

Esta iniciativa visa aproximar ciência, história e crenças populares através do conhecimento sobre ervas e plantas medicinais, tradicionalmente utilizadas em chás, banhos, lambedores e remédios para o tratamento de diversas enfermidades.



SUGESTÕES METODOLÓGICAS PARA APLICAR

CARTILHA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS - GOVERNO DE PERNAMBUCO



SUGESTÕES METODOLÓGICAS PARA APLICAR

SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA - CULTURAS EM DIÁLOGO

PLANO DE APRENDIZAGEM

A Influência das Línguas Africanas e Indígenas na Língua Portuguesa

- Iniciar a aula solicitando aos estudantes que reflitam sobre a língua portuguesa a partir de algumas perguntas: Qual a origem da língua portuguesa?; O português do Brasil é igual ao português falado em Portugal?; Em que outros países se fala português?
- Em seguida, orientar a leitura individual de dois textos: "Tupi deu importantes contribuições ao português" e "A vida é loka", por Sérgio Vaz (links dos textos disponíveis abaixo).
- Após a leitura, solicitar à turma que manifeste suas opiniões a respeito dos textos. Espera-se que alguns estudantes apontem a "imprecisão" gramatical em relação à concordância no texto 1 e também a ocorrência de gírias (linguagem informal).
- Após esse diálogo, apresentar dois vídeos: um deles a respeito do *pretuguês* e o outro sobre as línguas indígenas (links dos textos disponíveis abaixo).
- Após os vídeos, solicitar aos estudantes que leiam novamente os textos e tentem identificar palavras ou estruturas que dialoguem com os conceitos apresentados nos vídeos.
- Construir, junto à turma, uma definição mais plural para a língua portuguesa, destacando a contribuição rica de culturas africanas e indígenas em nossa língua. Finalizar a aula propondo atividade de identificação de palavras do cotidiano dos estudantes e que, possivelmente, tenham origem em línguas indígenas e africanas para construção de um banco de palavras (em grupo).

Links para atividade “A Influência das Línguas Africanas e Indígenas na Língua Portuguesa”:

1. Texto: Tupi deu importantes contribuições ao português (https://abre.ai/nPr0)
2. Texto: A vida é loka, por Sérgio Vaz (https://abre.ai/nPr2)
3. Vídeo: *Pretuguês*: a africanização da língua portuguesa brasileira (https://abre.ai/nPr6)
4. Vídeo: Português Daqui, Português de Lá (https://abre.ai/nPr9)

5. Conclusão

A construção de uma educação antirracista e equitativa é feita a partir de ações mobilizadoras, pensadas e executadas de forma que atendam o coletivo, e não pessoas isoladas. É importante compreendermos que esse processo está sendo construído, cada pessoa tem uma parcela de responsabilidade e pode contribuir com o todo.

Construir uma educação inclusiva é acreditar na possibilidade de que todos os estudantes, crianças, adolescentes, jovens e adultos, podem receber uma educação de qualidade e uma vida escolar pautada em um espaço de acolhimento e de impulsionamento de seus projetos de vida. A escola deve ser um espaço onde de constroem e se alimentam as metas e sonhos desses estudantes, não o contrário.

Por fim, reiteramos que este material é um convite para que a partir de formação e inspiração, possamos colocar nossas práticas em ação, adaptando, criando e colaborando para a educação que queremos ver na prática, comprometidos com uma escola construída a partir de princípios de equidade.

Referências Bibliográficas

A Cor da cultura [livro eletrônico]: história e cultura indígena: caderno de textos. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2024. Disponível em: https://futura.frm.org.br/projeto/cor-da-cultura. Acesso em: 16/10/2025.

BARROS, Marcos Alexandre de Melo. **Encantar o ensino de ciências e biologia no movimento das relações étnico-raciais**. Recife, PE: Secretaria de Educação e Esportes, 2024. Disponível em: https://abre.ai/nR4L. Acesso em: 15/10/2025

CENSO 2022. **Panorama.** Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=5. Acesso em: 16/09/2025.

FURTADO, Maria Gabriela de F. **Propostas para o ensino da matemática articuladas às relações étnico-raciais: Tecendo reflexões e possibilidades**. Recife, PE: Secretaria de Educação e Esportes, 2024. Disponível em: https://abre.ai/nR4v. Acesso em: 15/10/2025

GOMES, Nilma Lino. **Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2001 (p. 83-96).

Instituto Ibirapitanga. **Nada os trará de. Volta: políticas de reparação e seus limites.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dwK924B-kaw. Acesso em: 06/10/2025.

MOURA, Bruno de Freitas. **Maior presença de negros no país reflete reconhecimento racial.** Rio de Janeiro: Agência Brasil, 2003. Disponível em: https://abre.ai/nK26. Acesso em: 16/09/2025.

Sequências didáticas para uma educação antirracista [livro eletrônico] / [coordenação Esdras Soares da Silva, Ellen de Jesus Correa]. - São Paulo: Grupo +Unidos, 2024. - (Culturas em diálogo: educação e diversidade). Disponível em: https://abre.ai/nR4e. Acesso em: 16/10/2025

TJDFT. **Quem é pessoa negra no Brasil?** Nov. 2023. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-equidade/quem-e-pessoa-negra-no-brasil. Acesso: 16/09/2025.

Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.